

# FAPPA Família Paulista Companhia Hipotecária (Anteriormente denominada Família Paulista Crédito Imobiliário S/A)

Sede Santos - SP, C.N.P.J. 53.146.221/0001-39 - Relatório da Administração.

Relatório da Administração: Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021. Negócios sociais: A Família Paulista Companhia Hipotecária é uma companhia sediada em Santos, Estado de São Paulo e com atuação nacional, é uma instituição financeira que atua no mercado de crédito imobiliário desde 1993, quando foi constituída como Associação de Poupança e Emprestimo. Valendo-se de conhecimentos adquiridos na área de financiamento habitacionais, a Família Paulista deu prosseguimento a suas atividades diversificando sua participação no mercado financeiro. Desde o ano de 2003 atua na gestão de recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e no Programa Minha Casa Minha Vida Sub-50 (PMCMV). A partir do ano de 2014, com contratação de uma equipe de profissionais com vasta experiência no mercado financeiro, a Família Paulista passou a oferecer aos seus clientes uma maior diversidade de produtos de crédito e investimentos, destinados tanto às pessoas físicas como jurídicas, tais como financiamento e refinanciamento imobiliário, empréstimo para produção de obras, estruturação de operações imobiliárias, intermediação do saque do FGTS e demais produtos relacionados com o mercado de crédito imobiliário. Em setembro de 2015, transformou-se em Companhia Hipotecária, e daí continuada a sua operação atual no âmbito do mercado financeiro imobiliário, quanto passou a estar autorizada a captar recursos de terceiros, através de LC's, Letras de Crédito Imobiliário. Desempenho financeiro: A empresa continua direcionando suas operações de crédito, apenas para operações com posterior cessão, procurando minimizar seus riscos, e praticamente não mantendo carteira própria. As atuações complementares se concentram na continuidade do repasse de recursos e gestão do Programa Minha Casa Minha Vida e, na prestação de serviços, habitacionais, para o BRÁDESCO (mediante contrato), e para a CAIXA, sempre que somos solicitados. De forma prudencial, a administração se abstém de se utilizar do "funding" através de LC's, esperando momento mais propício para a expansão do crédito, hoje agravado pelos efeitos do Coronavírus, e por isso a opção, por aguardar uma melhora, nas condições e expectativas, no comportamento do mercado de capitais. Esta Diretoria coloco-se à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. O Componente de Ouvidoria encontra-se em funcionamento desde 30 de novembro de 2007 e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4433/2015. A Diretoria, Santos, 15 de março de 2021. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais				Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)								
Ativo	Notas Explic.	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas Explic.	2021	2020					
Circulante	18.047	17.227	17.227	Circulante	5.408	1.254	1.254					
Outras equivalentes de Caixa	1.652	105	105	Outras Obrigações	5.408	1.254	1.254					
Instrumentos Financeiros	15.332	14.417	14.417	Fiscais e Previdenciárias	67	67	67					
Títulos e Valores Mobiliários	5	15.310	14.363	Obrigações Repasses no País	45	45	45					
Vinculados	14.689	13.056	13.056	Provisão para Pagamento a Efetuar	599	601	601					
Ativos em Prestação de Garantias	621	1.307	1.307	Credores Diversos País	4.087	540	540					
Operações de Crédito	6	22	54	Não Circulante	2.313	5.986	5.986					
Empréstimos	-	-	61	Provisão para Passivos Contingentes	9	2.283	5.939					
Financiamentos Imobiliários	23	18	18	Dividendos a Pagar	10.4	30	47					
(-) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(1)	(25)	(25)	Patrimônio Líquido	11.078	10.877	10.877					
Outros Ativos	7	1.039	2.682	Capital	10.1	10.000	10.000					
Diversos	1.039	2.682	2.682	Reservas de Capital	10.2	17	17					
Outros Valores e Bens	24	23	23	Reserva Legal	10.3 (i)	137	128					
Despesas Antecipadas	24	23	23	Reservas Estatutárias	10.3 (ii)	217	157					
Não Circulante	752	890	890	Reservas de Lucros	10.3 (iii)	707	575					
Instrumentos Financeiros	752	890	890	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	18.799	18.117	18.117					
Operações de Crédito	6	72	142	Dem. dos Resultados Abrangentes Semestre Fimdo em 31/12/2021 e exerc. findos em 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por cota)								
Empréstimos	-	66	76	Result. liq. do semestre/exerc.	128	184	197					
Financiamentos Imobiliários	7	444	431	Outros resultados abrangentes	6.e	128	184					
Outros Ativos	444	431	431	Result. abrangente do semestre/exerc.	6.e	128	184					
Diversos	444	431	431	divulgados em nota explicativa; § Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; § Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. 3.4. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 120 no semestre e R\$240 no ano. A provisão para Contribuição Social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável antes do Imposto de Renda. 3.5. Apuração de resultado: Os resultados das operações de venda de títulos e valores mobiliários são apurados por ocasião da concretização das operações. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. 3.6. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências não são identificadas, é o valor contábil líquido excedente o valor recuperável, o qual constitui uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 3.7. Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos mobiliários registrados no circulante e não circulante são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas. 3.8. Resultado recorrente e não recorrente: Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Instituição não possui resultado não recorrentes que devem ser divulgados nas demonstrações contábeis ou suas notas explicativas. 4. Caixa e equivalente de caixa: 2021 2020 Caixa e equivalentes de caixa 7.652 705								
Impréstimos	7	72	142	5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: 2021 2020 Custos Mercado Custos Mercado								
Financiamentos Imobiliários	7	72	142	2021 2020								
Outros Ativos	7	72	142	2021 2020								
Diversos	7	72	142	2021 2020								
Imobilização de Uso	7	72	142	2021 2020								
Depreciações acumuladas	(516)	(1.206)	(1.206)	2021 2020								
Total do Ativo	18.799	18.117	18.117	2021 2020								

1. Contexto operacional: A Família Paulista Companhia Hipotecária ("Instituição") iniciou suas atividades em 21 de dezembro de 1993 como Sociedade de Crédito Imobiliário e desde 24 de setembro de 2015, através do estatuto social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária daquela data, tem por objeto social: a) conceder financiamentos destinados aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantido por hipoteca ou pela alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item a) acima; c) comprar, vender, refinanciar e administrar créditos garantidos por hipoteca ou pela alienação fiduciária de bens imóveis, próprios ou de terceiros; d) administrar fundos de investimento imobiliário, desde que autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e e) resgatar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais e outras modalidades de operações que forem autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Atualmente a Instituição atua com as seguintes atividades: a) Operações de empréstimos com garantia de imóveis "home equity", para pessoas físicas e jurídicas. Por estratégia, neste momento do mercado, a totalidade das operações está sendo cedida a securitizadoras, fundos, e outras instituições financeiras; b) Prestação de serviços na área habitacional, com destaque para a análise, e administração de cartaras, do SFH e do SFH, de outras instituições financeiras; c) Atuação em Programas Habitacionais, com ênfase na gestão do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para municípios com menos de 50.000 habitantes (Sub-50); e d) Intermediação no saque de recursos de FGTS, para pessoas físicas, na aquisição de imóveis e compra de cotas de consórcios imobiliários.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas contábeis do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no Cosifem relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central através da Resolução BACEN nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes, e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução do valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outros similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 15 de março de 2022. 3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 3.1. Disponibilidades: Compreendem a caixa e equivalentes de caixa e as aplicações interfinanceiras de liquidez, com depósitos bancários disponíveis e as aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou por prazo original igual ou inferior a 90 dias, apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo. 3.2. Instrumentos financeiros: a) Títulos e valores mobiliários: Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados: § Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; § Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não se enquadram para negociação, nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta despesa do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários; § Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição classifica os títulos na categoria de Títulos para negociação Para precificação ao valor de mercado dos títulos são utilizadas as cotações divulgadas pela ANBIMA, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balção, CETIP, SIBSACEN E FGV. Esses ajustes a carteira de títulos são registrados em contrapartida à conta de resultado "Renda fixa e outros títulos e valores mobiliários - valorização/desvalorização a preço de mercado". b) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com sua natureza e julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa fase por seis meses, quando então são baixadas contra o provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A provisão para operações de crédito foi considerada pela Administração como suficiente, atendendo aos critérios e parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional levando em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perdas, definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Semestralmente as classificações das operações de crédito são revisadas. A Resolução nº não reclassifica ou classifica operações em detrimento das Resoluções 4.803/20, do BACEN nº 4855/20, do CMN, c) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e os passivos são demonstrados por valores contados ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas. A conta de maior significância no passivo, "Contrato de Assunção de Obrigações", é composta em sua maior parte por valores a serem repassados a empreendedores habitacionais e relativos a operações de programas habitacionais cujos créditos encontram-se sob a gestão da Instituição. 3.3. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas pelo BACEN. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, provável ou provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. § Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas

Dem. dos Resultados Semestre Fimdo em 31/12/2021 e exerc. findos em 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por cota)

Discriminação	Nota	2º Sem. 21	Ex. 21	Ex. 20
Rec. da intermediação financ.		887	1.066	720
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		428	584	435
Receita de recuperação de bens baixados como prejuízo		441	441	144
Operações de crédito	6.e	18	41	144
Reversão de Provisões Operacionais	6.f	-	-	70
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		-	-	71
Despesas da venda ou de transferência de ativos financeiros	(9)	(84)	(72)	-
Prov. p/ Créd. de Liqu. Duvidosa	6.f	(9)	(80)	(72)
Resultado bruto da intermediação financeira		878	982	648
Outras receitas (despesas) operacionais		(686)	(679)	(356)
Receitas de prestação de serviços	11	1.164	2.384	2.447
Despesas de Pessoal	12	(422)	(850)	(850)
Outras despesas administrativas	13	(1.565)	(3.323)	(4.034)
Despesas Tributárias		(157)	(311)	(294)
Outras receitas operacionais	14	895	1.912	2.505
Outras despesas operacionais	14	(601)	(691)	(130)
Resultado operacional		192	303	292
Resultado não operacional		27	37	-
Resultantes da trib. s/o lucro L.R. e Contribuição Social		(91)	(156)	(95)
Provisão para Imposto de Renda	8	(45)	(81)	(50)
Provisão para Contribuição Social	8	(46)	(75)	(45)
Lucro líquido do semestre/exerc.		128	184	197

Quantidade de ações: 1.653.829.845 1.653.829.845 1.653.829.845

Resultado por lote de 1.000.000 ações, em reais	0,00008	0,00011	0,00012
trabalhistas e, adiantamentos para obras e/ou complementos aos orçamentos originais, decorrentes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), considerando-se que o montante contempla a totalidade das situações passíveis de discussão pela legislação vigente e configura-se como uma provisão de caráter conservador. A movimentação da provisão no período está demonstrada a seguir: 2021 2020 Adicional 5.939 10.831 Bases (3.656) (4.892) Total 2.283 5.939 Substancialmente a redução verificada no exercício de 2021 representou a mitigação da liquidação de contingências por conta de: 2021 2020 Pagamentos p/conta programa MCMV (diversos municípios) (2.878) (2.922) Reavaliação salda CEF (513) (1.639) Pagamento causas cível e trabalhista (715) - Outros 450 (331) (3.656) (4.892)			

9.1. Depreciações não provisionadas: A Instituição tem ações de natureza cível, envolvendo risco de perda classificadas, com base em seus assessores legais, com perda provável. Tais ações tem origem em créditos já baixados contra prejuízos. A composição das estimativas está demonstrada a seguir: 2021 2020 Cível 50 50 Total 50 50

10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: O capital social está representado por 1.653.829.845 ações ordinárias nominativas e todas de residente e domiciliados no país. 10.2. Reserva de capital: A reserva de capital foi constituída por ocasião dos recebimentos de dividendos da sociedade investida Cibraes; Companhia Brasileira de Securitização, investimento que foi descontinuado em julho de 2019. 10.3. Reservas de lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída com alíquota de 5% sobre o lucro líquido, em conformidade com o artigo 193, da Lei nº 6.404/76 limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. No exercício de 2021 a referida reserva foi constituída no montante de R\$ 9 (R\$10 no exercício de 2020). (ii) Reserva estatutária: Corresponde à reserva constituída com valores oriundos dos dividendos obrigatórios (vide nota explicativa nº 10.4) cujo recebimento foi destinado pelos acionistas nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias, sendo neste exercício o montante alocado pela Administração de R\$ 43 conforme demonstrado na DMPL. (iii) Reserva especial de lucros: Do lucro líquido do exercício, depois de deduzidas as parcelas correspondentes à Reserva Legal e aos Dividendos Obrigatórios, o saldo é transferido para esta reserva, sendo neste exercício o montante de R\$ 132 (R\$140, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). 10.4. Dividendos Obrigatórios: Os acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Instituição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram destinados o montante de R\$ 43 (R\$ 47 no exercício de 2020). Tradicionalmente os acionistas têm destinado de seu recebimento, sendo o valor revertido para Reserva Estatutária para posterior deliberação em assembleia de acionistas, conforme descrito na nota explicativa 10.3(ii), neste exercício foram revertidos R\$ 60, devidamente demonstrados em linha própria da DMPL.

11. Receitas de prestação de serviços: 2 Sem. 21 Ex. 21 Ex. 20 Rec. da Bradesco (a) 819 1.976 2.337 Contratos de FGTS (b) 345 608 110 Total 1.164 2.584 2.447

12. Despesa de pessoal 2 Sem. 21 Ex. 21 Ex. 20 Honorários 165 330 330 Benefícios 137 272 271 Encargos sociais 55 117 117 Salários 53 111 104 Remuneração de estagiários 12 20 28 Total 472 950 951

13. Outras despesas administrativas 2 Sem. 21 Ex. 21 Ex. 20 Despesas de serviços técnicos especializados 562 1.154 826 Despesas de serviços de terceiros 343 659 1.510 Aluguel de imóveis 130 275 479 Despesas de manutenção e conservação de bens 89 356 470 Outras despesas administrativas 52 95 76 Despesas de processamento de dados 103 203 158 Despesas de comunicações 34 64 75 Despesas de material 51 110 96 Despesas de propaganda e publicidade 1 12 Despesas de água, energia e gás 31 75 87 Despesas de transporte 79 149 120 Despesas de serviços do sistema financ. 41 91 68 Despesas de viagem no país 46 71 36 Despesas de seguros 3 7 12 Despesas de publicações 1 13 2 Total 1.565 3.323 4.034

14. Outras receitas operac. 2 Sem. 21 Ex. 21 Ex. 20 Outras rendas operacionais (a) 869 1.866 2.491 Atualização depósitos judiciais 5 8 6 Recuperação de encargos de despesas 11 27 7 Recuperação de créditos baixados para prejuízos 10 11 1 Total 895 1.912 743

(a) Do total registrado, temos: § R\$ 235 no 2º semestre de 2021, § 81 no Exercício de 2021 e § 832 no Exercício de 2020. São receitas decorrentes de comissões, relativas a créditos originados e cedidos, referentes a operações estruturadas de crédito habitacional e empréstimos com garantia de imóvel, concedidos a pessoas físicas e jurídicas; § R\$ 0 no 2º semestre de 2021, 550 no Exercício de 2021 e § 1.439 no Exercício de 2020 são receitas decorrentes da avaliação dos saldos da conta CEF - divergências de critérios; § R\$ 550 no 2º semestre de 2021, 550 no Exercício de 2021 e § 0 no Exercício de 2020, são receitas decorrentes de remuneração recebidas pela gestão do programa MCMV.

15. Outras despesas operacionais: 2 Sem. 21 Ex. 21 Ex. 20 Possibilidade de perdas com obras (a) 548 585 - Processos Judiciais (b) 4 7 13 Devolução do STN (c) - - 18 Outras - - 99 Total 552 592 130

(a) As possibilidades de perdas com obras é uma provisão conservadora da Instituição que ao verificar desconpacto, entre os valores do orçamento, e o necessário para a conclusão das obras do PMCMV, opta por liberar a medida, mesmo se esta estiver extrapolada, e não correr riscos desnecessários, que possam impedir que a construtora conclua o empreendimento. Assim, se isenta a Instituição, de eventual devolução punitiva dos recursos, por ineficiência na conclusão das obras. Importante dizer, que a grande maioria dos casos, o andamento das obras vai se ajustando, e esses valores antes provisionados, são depois revertidos à receita. (b) No 2º semestre de 2021, exercido de 2021 exercido de 2020 levantamento de depósito judicial; (c) Coronavírus.

16. Outras despesas operacionais: 2 Sem. 21 Ex. 21 Ex. 20 Possibilidade de perdas com obras (a) 548 585 - Processos Judiciais (b) 4 7 13 Devolução do STN (c) - - 18 Outras - - 99 Total 552 592 130

(a) As possibilidades de perdas com obras é uma provisão conservadora da Instituição que ao verificar desconpacto, entre os valores do orçamento, e o necessário para a conclusão das obras do PMCMV, opta por liberar a medida, mesmo se esta estiver extrapolada, e não correr riscos desnecessários, que possam impedir que a construtora conclua o empreendimento. Assim, se isenta a Instituição, de eventual devolução punitiva dos recursos, por ineficiência na conclusão das obras. Importante dizer, que a grande maioria dos casos, o andamento das obras vai se ajustando, e esses valores antes provisionados, são depois revertidos à receita. (b) No 2º semestre de 2021, exercido de 2021 exercido de 2020 levantamento de depósito judicial; (c) Coronavírus.

17. Estrutura de gerenciamento de risco: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição. Por isso, a Instituição conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. A Família Paulista Companhia Hipotecária, apesar de caracterizada como instituição financeira, não possui contas correntes e não capta recursos do público, atuando na atividade de risco somente com seus recursos próprios. Assim, a administração entende que sua estrutura de gerenciamento de risco é adequada ao seu porte e operações, a divulgação da sua estrutura de gerenciamento de risco está disponível na sede da Instituição, 17.2. Estrutura de gerenciamento de risco das operações: A Instituição possui um aperfeiçoado continuamente seu sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações garantias prestadas. Os riscos inerentes à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. 17.3. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A Instituição possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a regulamentação vigente. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte. 17.4. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez: Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade de instituir honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. A Instituição gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a regulamentação vigente. 17.5. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito: A Instituição considera risco de crédito "a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". Na Instituição o gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração. Para cada tipo de carteira de crédito, são analisados os níveis de concentração e as taxas de inadimplência e atribuídas provisões de crédito adequadas. 18. Limites Operacionais: A Instituição está obrigada a manter um Patrimônio de Referência compatível com o risco de suas atividades, superior ao mínimo de 9,25% do Patrimônio Exigido. O Índice calculado para o exercício de 2021 é de 107,60 % (148,7 % para o exercício de 2020). 19. Outras informações: Em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional, no exercício a Instituição somente contratou a BKR LOPES MACHADO AUDITORES S/Pará a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Instituição. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. 20. Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis: A Administração vem acompanhando atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e brasileiros. As estimativas contábeis, compreendendo a recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, provisões e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receita e provisões para perda esperada, dentre outros, poderão estar sujeitas aos movimentos financeiros adversos posteriores à data de divulgação das demonstrações contábeis, em decorrência do COVID-19 e de seu impacto nos mercados de capital e de transações comerciais. A alta volatilidade observada no período, bem como a natureza e extensão das alterações nos fundamentos macroeconômicos, não permitem a avaliação objetiva e definitiva destes movimentos, como fato subsequente, que devem, portanto, ser considerados neste contexto nestas demonstrações contábeis. 21. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

22. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

23. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

24. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

25. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

26. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

27. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

28. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

29. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

30. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da taxa básica de juros que visa estimular o nível de atividade econômica. Em período subsequente a Administração não utilizou da captação de recursos para elevar as operações, mantendo o volume de operações enquanto aguarda o momento mais propício para a expansão do crédito, o qual encontra-se agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus.

31. Eventos subsequentes: Efeito da redução da taxa de juros: A Administração vem acompanhando os impactos da redução da